

**Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP**  
**Ata da Audiência Pública Setor “C”**

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas e dezesseis minutos, na Escola Municipal Américo Abdalla, teve início a Audiência Pública do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP, direcionada aos moradores dos bairros que compõem o Setor “C”, com o objetivo de dirimir dúvidas da sociedade e ouvir as demandas para inclusão na lei orçamentária do próximo ano. A Audiência Pública contou com a participação de sete conselheiros que representam a sociedade civil – José Geremias Dalmazo, Marisa Aparecida Dias, Naja Botelho, Oscar Valli, Pedro Barbosa de Carvalho, Sérgio Adriane Pires e Vanderlei Campos, cinco conselheiros que representam o Poder Público – Márcio Sena Salgado, André Luis A. Ramos, Ricardo Laginestra, Evandro Carvalho e Alcino de Souza e quarenta e um cidadãos, a maior parte alunos do EJA, cujas presenças estão assinaladas no Livro de Presença. Os representantes da SEMEDE, SEMUSA e SEMAP não compareceram. A Presidente do CMPOP agradeceu a presença dos alunos que vieram conhecer os trabalhos do CMPOP e iniciou uma breve apresentação destacando os fundamentos legais que suportam a atuação do Conselho, apresentou a composição do CMPOP, explicou sucintamente as leis orçamentárias – finalidade e prazos, ressaltando que todas as intenções e todo o planejamento do governo têm que constar nas leis orçamentárias e a população não pode se iludir com promessas sem lastro. Descreveu o processo de coleta de informações dos munícipes para orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual para dois mil e vinte e três. Antes de passar a palavra para os representantes das Secretarias, a Presidente fez severas críticas à participação dos conselheiros que representam o Poder Público que não divulgam o POP On-line em seus setores, destacando ser absolutamente incompreensível que uma cidade com mais de oito mil servidores não consiga coletar opinião de dois mil cidadãos, como se os servidores fossem habitantes de outros municípios. Em seguida, a palavra foi passada para os representantes das Secretarias apresentarem os projetos e atividades em andamento ou previstas para o Setor “C”. O Secretário Mário Baião informou que o orçamento deste ano gira em torno de oitocentos e sete milhões de reais, com investimentos na ordem de cinquenta e um milhões de reais, aí já incluído o pagamento da contraprestação mensal à BRK. O Sr. Ricardo Laginestra, da SEMOP, informou que se encontra na SEMACI, para análise de economicidade, o PA3255/2019, que trata da reforma da passarela de pedestre Salles Ferreira, com valor estimado em setecentos e cinquenta mil reais. Informou também que a reforma da Praça José Pereira Câmara está em fase de projeto. Outrossim, pretende-se construir uma ponte de concreto sobre o Rio das Ostras com recursos provenientes de convênio com o Estado (cinco milhões e cem mil reais). Entregou para a Presidente uma relação de ações de manutenção envolvendo reposição de paralelos, troca de tampas de PV, execução de sarjeta e meio-fio, etc. Por fim, deu alguns números sobre a iluminação pública no Setor. Franqueada a palavra para os presentes, ouvimos inicialmente a manifestação do Conselheiro Pedro Barbosa de Carvalho que repisou assuntos já tratados em outras ocasiões, mas que perduram sem esclarecimentos – o primeiro é o píer da Boca da Barra, a obra está no período de garantia, mas nada é reparado; o segundo é o projeto de ampliação da rede de esgoto para o qual o CMPOP, na LOA 2021, indicou um milhão e quatrocentos mil reais e nada aconteceu. A munícipe Izabel Thomaz declarou perceber algumas divergências entre a SEMOP e o SAAE, informou que em ocasião passada não conseguiu trazer verba federal para obra de saneamento por conta de erro no projeto e estranhou bastante que as repetidas demandas de saneamento mostradas na apresentação inicial sejam ignoradas pela administração pública. A munícipe Ciliane solicitou que fosse gerado um número de protocolo quando ocorre reclamação sobre iluminação pública e perguntou sobre as atribuições da guarda

municipal. O Conselheiro Evandro Carvalho, representante da SESEP, esclareceu que a GM atua na guarda ambiental, no trânsito, na ronda escolar, na Lei Maria da Penha, no grupamento de operações especiais e na defesa civil, contando atualmente com trezentos e setenta e seis guardas. A Audiência Pública foi encerrada às vinte horas e quarenta e oito minutos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Marisa Aparecida Dias – Presidente e Vanderlei Campos – Conselheiro e Secretário “ad-hoc”.